

Os Angolanos têm opiniões divergentes sobre a migração, mas a maioria já pensou em sair do país

Afrobarometer Edição 955 | Carlos Pacatolo e David Boio

Sumário

Nos últimos 30 anos, Angola registou três vagas de emigração. A primeira ocorreu em 1976, no início da guerra civil que se seguiu à proclamação da independência nacional (Barreto, 2014). A segunda começou em 1992, quando o conflito pós-eleitoral levou milhares de Angolanos a procurar refúgio e melhores condições de vida no estrangeiro. A terceira vaga teve início há cerca de seis anos, em resultado da profunda crise económica do país, levando novamente os cidadãos a partir em busca de oportunidades.

Portugal tem sido o principal destino dos emigrantes angolanos (Teixeira, 2021). Dados recentes publicados pelo Novo Jornal (2024) indicam que a comunidade angolana em Portugal cresceu mais do que o triplo entre 2017 e 2023, passando de 16.854 para 55.589 residentes, o que a torna a segunda maior comunidade estrangeira no país, superada apenas pelo Brasil.

Esta saída de cidadãos, sobretudo de jovens tipicamente urbanos e com formação académica, representa uma perda de capital humano necessário ao desenvolvimento económico e político do país. Um estudo de 2021 mostra que, embora a principal motivação dos emigrantes seja ajudar as suas famílias, muitos Angolanos em Portugal não enviam remessas devido à instabilidade económica no país de destino, o que significa que a situação económica das suas famílias piora frequentemente após a sua partida (Teixeira, 2021).

Angola é também um importante país de acolhimento de imigrantes e refugiados. No início da década de 2020, Angola acolhia mais de 650.000 migrantes internacionais e mais de 55.000 refugiados, na sua maioria provenientes da República Democrática do Congo (Integral Human Development, 2022; Statista, 2025).

Os resultados do inquérito Afrobarometer mostram que os Angolanos têm opiniões divergentes sobre a migração. Os cidadãos estão divididos quanto à questão da livre circulação transfronteiriça e na sua avaliação do impacto dos imigrantes. A maioria quer que o seu governo reduza ou elimine a entrada de estrangeiros à procura de emprego e de refugiados.

Entretanto, a maioria dos Angolanos diz que já pensou em emigrar, na maioria das vezes para obter emprego e um melhor nível de vida. Os cidadãos jovens, urbanos e com um elevado nível de escolarização são, especialmente, mais susceptíveis de considerar a possibilidade de sair do país.

Pesquisas do Afrobarometer

O Afrobarometer é uma rede de pesquisa pan-africana e apartidária que fornece dados fiáveis sobre as experiências e as avaliações dos africanos da democracia, da governação e da qualidade de vida. Desde 1999, foram concluídas nove rondas de inquéritos em 42 países. A 10.ª Ronda foi lançada em janeiro de 2024. Os parceiros nacionais do Afrobarometer realizam entrevistas presenciais na língua da escolha do inquirido.

A equipa do Afrobarometer em Angola, liderada pela Ovilongwa - Estudos de Opinião Pública, entrevistou uma amostra nacionalmente representativa de 1.200 Angolanos adultos entre 27 de março e 19 de abril de 2024. Uma amostra desta dimensão produz resultados a nível nacional com uma margem de erro de +/-3 pontos percentuais a um nível de confiança de 95%. Os inquéritos anteriores em Angola foram realizados em 2019 e 2022.

Principais resultados

- Os Angolanos estão divididos quanto à questão da livre circulação transfronteiriça dentro da região austral: 41% dizem que os cidadãos da África Austral devem ser livres de atravessar as fronteiras para trabalhar e viver, enquanto 38% acreditam que o governo deve restringir a circulação de pessoas e bens.
 - Apenas 13% dos Angolanos dizem ter ouvido falar da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA).
 - Quase metade (46%) dos inquiridos afirma que, na prática, atravessar as fronteiras internacionais na África Austral é "difícil" ou "muito difícil." Apenas 20% pensam que é fácil.
- Os Angolanos também estão divididos quanto ao impacto dos imigrantes na sua economia: Quatro em cada 10 (40%) dizem que eles contribuem positivamente, enquanto uma proporção igual (40%) acredita que eles têm um impacto negativo.
- Sete em cada 10 cidadãos (71%) não manifestam reservas quanto ao facto de viverem ao lado de imigrantes ou trabalhadores estrangeiros.
- Do mesmo modo, cerca de dois terços (65%) manifestam atitudes tolerantes em relação aos refugiados.
- Mesmo assim, uma maioria (56%) dos Angolanos considera que o governo deveria reduzir o número de candidatos a emprego estrangeiros que permite entrar no país ou eliminar completamente essa imigração.
 - Uma maioria ainda mais forte (65%) é a favor da redução ou eliminação da entrada de refugiados.
- A maioria (57%) dos Angolanos afirma ter considerado pelo menos "um pouco" a possibilidade de sair do país, incluindo 38% que pensaram "muito" nessa possibilidade.
 - Entre os grupos que são particularmente susceptíveis de ter considerado a possibilidade de sair do país estão os residentes urbanos (70%), os mais escolarizados (72%-74%), os jovens (66%) e os cidadãos empregados (66%).
- Entre as pessoas que consideraram a possibilidade de sair do país, as razões mais frequentemente citadas são de ordem económica: encontrar oportunidades de trabalho (37%) e fugir as dificuldades económicas (34%).

- Os destinos mais populares entre os potenciais emigrantes são a Europa (39%), a América do Norte (21%) e a África do Sul (10%).

Liberdade de movimento e a ZCLCA

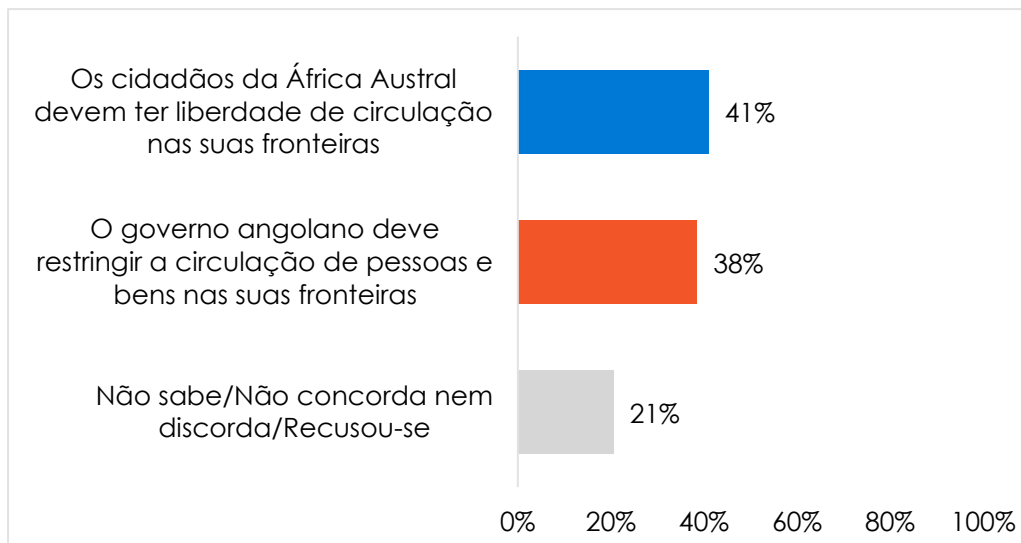
A livre circulação transfronteiriça é um aspeto central do Protocolo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas (2005) e da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), ambos concebidos para estimular o comércio e reforçar os laços económicos entre os países membros.

Mas os resultados do inquérito do Afrobarometer mostram que os Angolanos estão divididos quanto à questão da livre circulação de pessoas e bens na África Austral. Cerca de quatro em cada 10 inquiridos (41%) afirmam que as pessoas na região devem ser livres de atravessar as fronteiras internacionais para fazer comércio ou trabalhar, enquanto 38% pensam que o governo angolano deve limitar a circulação transfronteiriça para proteger os seus cidadãos e interesses económicos. Um em cada cinco (21%) não toma uma posição clara, destacando-se uma franja da população que pode estar desinformada ou ser indiferente ao debate (Figura 1).

Além disso, apenas 13% dos Angolanos indicam que ouviram falar da ZCLCA, enquanto a esmagadora maioria (77%) desconhece a iniciativa (Figura 2). Este baixo nível de conhecimento pode refletir a falta de campanhas de informação pública sobre a ZCLCA, bem como a tendência para considerar as políticas regionais e continentais como distantes ou irrelevantes para o público em geral.

Embora os analistas sublinhem que a integração regional pode gerar benefícios económicos significativos, incluindo a criação de oportunidades de emprego e o reforço das economias locais (Naidu, 2008), as opiniões dos Angolanos sobre a livre circulação realçam que as políticas públicas que equilibram o potencial económico da integração com preocupações sociais e de segurança serão cruciais para o sucesso das iniciativas de integração (Adepoju, 2006).

Figura 1: Livre circulação dos cidadãos da África Austral | Angola | 2024

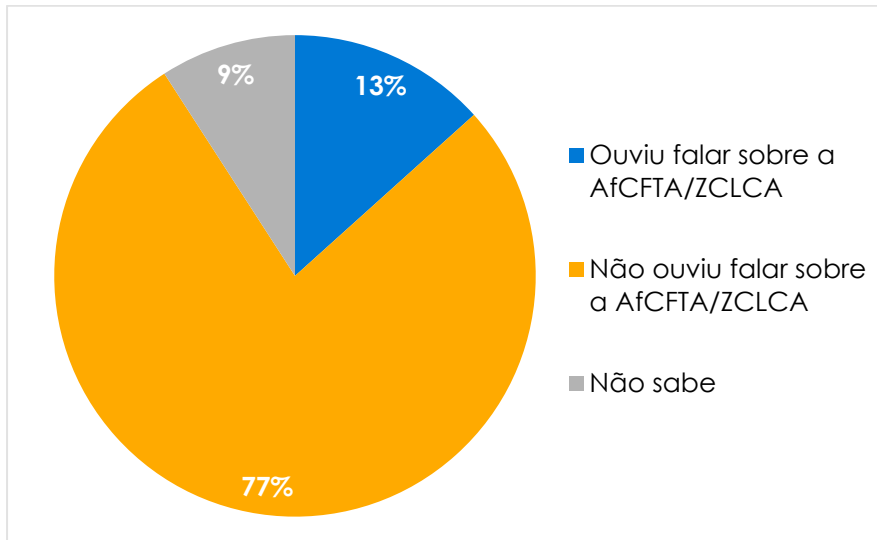


Pergunta aos respondentes: Qual das seguintes afirmações está próxima da sua opinião?

Afirmção 1: As pessoas que vivem na região da África Austral devem ser livres de viajar para outros países em busca de trabalho ou para as trocas comerciais.

Afirmção 2: Para proteger os seus próprios cidadãos, o governo angolano deveria limitar a circulação de pessoas e bens nas nossas fronteiras.

Figura 2: Ouvir falar da ZCLCA? | Angola | 2024



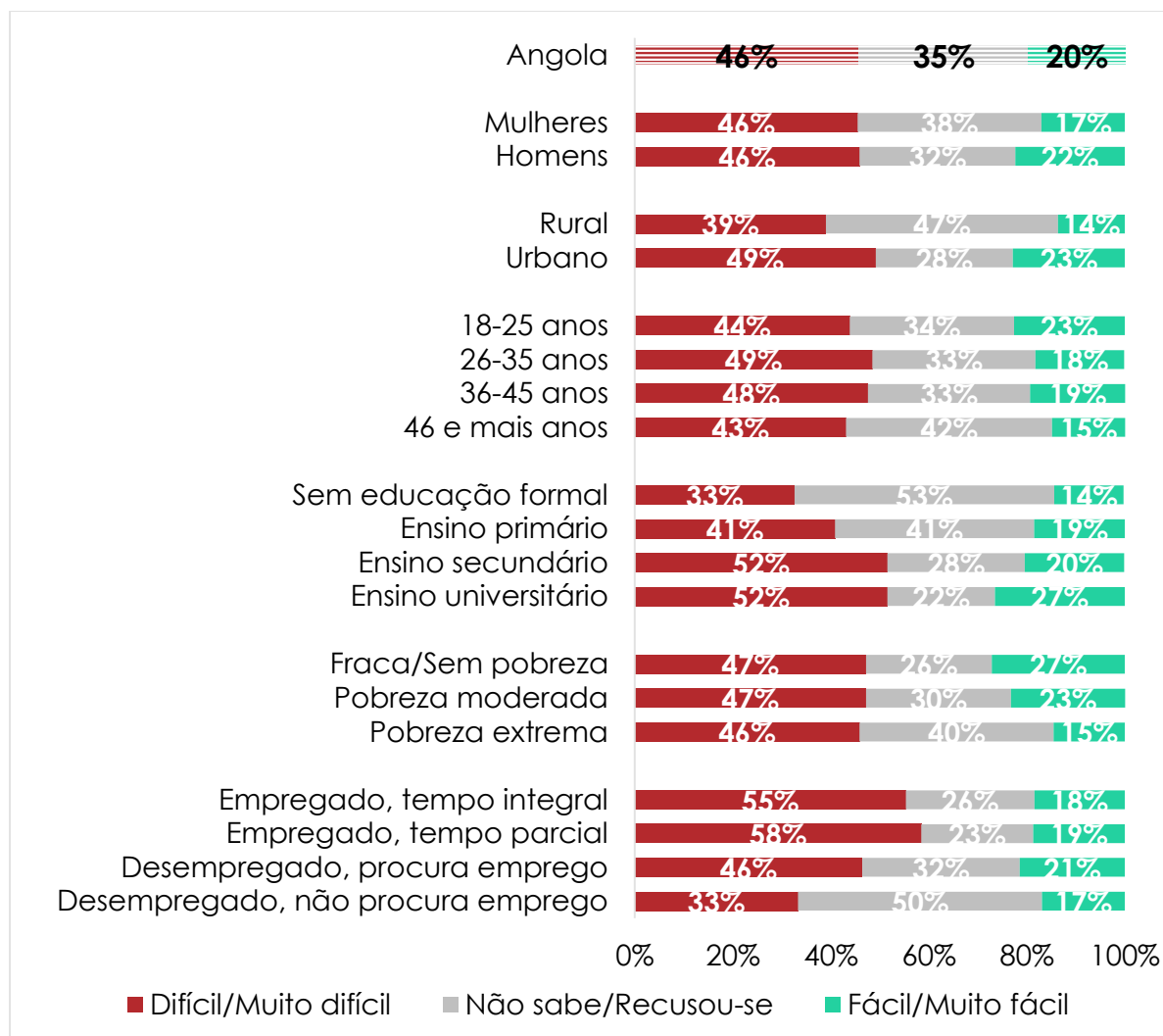
Pergunta aos respondentes: Você ouviu falar da Zona de Comércio Livre Continental Africana, também conhecida como AfCFTA/ZCLCA?

Na prática, quase metade (46%) dos Angolanos considera “difícil” ou “muito difícil” atravessar as fronteiras para trabalhar ou fazer comércio, enquanto apenas 20% dizem que é fácil (Figura 3). Mais de um terço (35%) diz que “não sabe” ou recusou-se a responder à pergunta.

Os grupos demográficos com maior probabilidade de dizer que é difícil atravessar as fronteiras incluem os residentes urbanos (49%) e os cidadãos com ensino secundário ou ensino universitário (52%), que podem estar mais conscientes dos requisitos legais e burocráticos necessários para atravessar as fronteiras, bem como os que têm emprego a tempo inteiro ou a tempo parcial (55% e 58%, respetivamente). A percepção das dificuldades é bastante uniforme em todos os níveis de pobreza, o que sugere que as dificuldades na passagem das fronteiras afectam todos os estratos económicos.

Faça sua própria análise dos dados da Afrobarometer – sobre qualquer questão, para qualquer país e rodada de inquérito. É fácil e gratuito em www.afrobarometer.org/online-data-analysis.

Figura 3: Dificuldades no movimento transfronteiriço | por grupo demográfico
 | Angola | 2024



Pergunta aos respondentes: Na sua opinião, até que ponto é fácil para as pessoas da África Austral saírem dos seus países em busca de emprego ou para fazer comércio nos outros países, ou você não ouviu o suficiente para ter opinião?

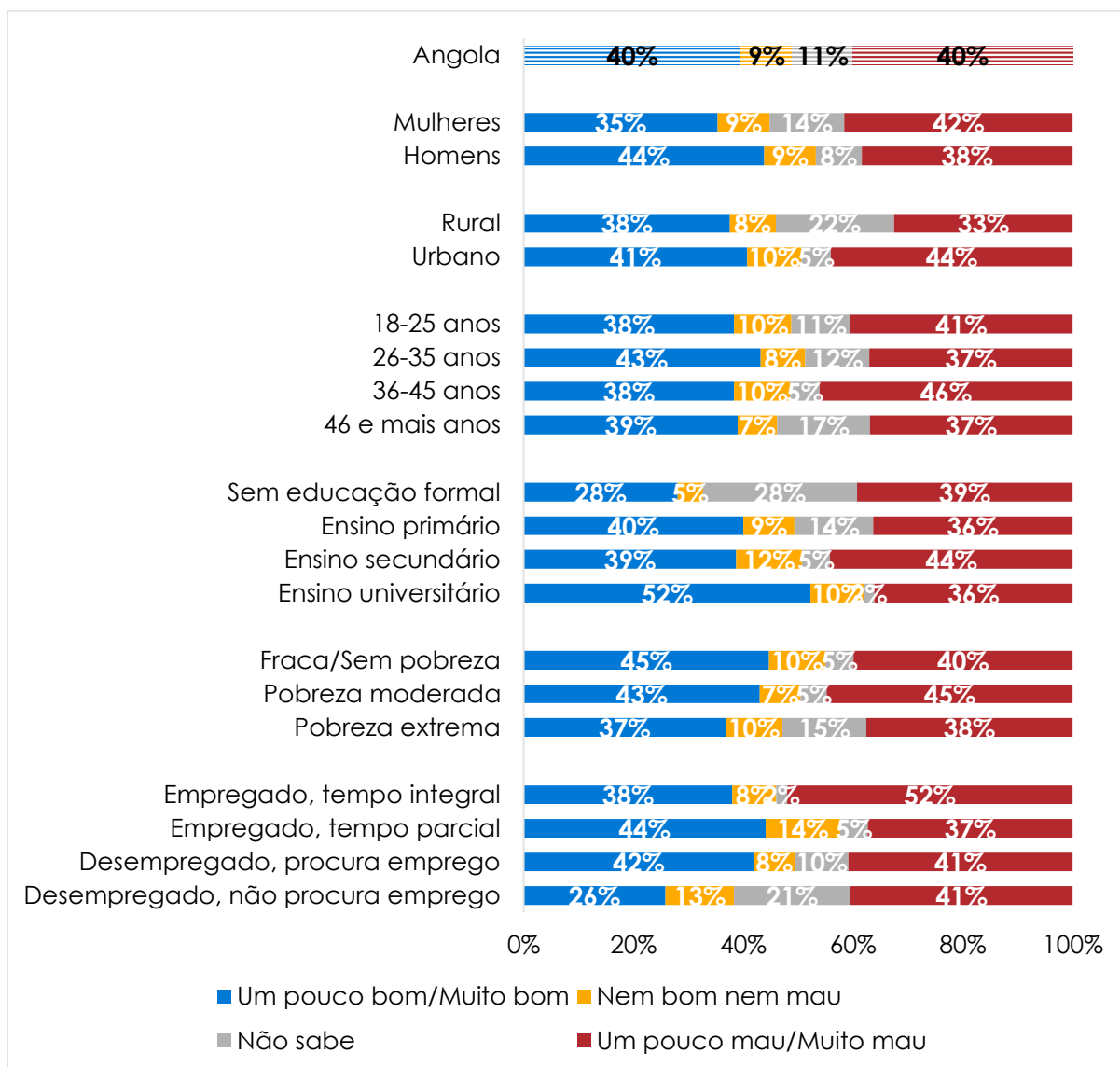
Atitudes em relação aos imigrantes

Os Angolanos também estão divididos na sua avaliação sobre se a imigração é benéfica ou prejudicial para a economia do seu país. Quatro em cada 10 cidadãos (40%) descrevem o impacto económico dos imigrantes como “razoavelmente bom” ou “muito bom”, mas a mesma proporção (40%) pensa que é mau (Figura 4).

Mais homens do que mulheres têm uma perceção positiva do impacto da imigração (44% vs. 35%). As avaliações favoráveis aumentam com o nível de escolaridade dos inquiridos, variando entre 28% entre os que não têm escolaridade formal e 52% entre os que têm qualificações universitárias.

Os cidadãos mais pobres são os menos propensos a considerar a imigração como economicamente benéfica (37%), enquanto as percepções negativas são mais elevadas entre os inquiridos com empregos a tempo inteiro (52%), reflectindo talvez preocupações com a concorrência num ambiente económico difícil.

Figura 4: Impacto económico da imigração | por grupo demográfico | Angola
| 2024



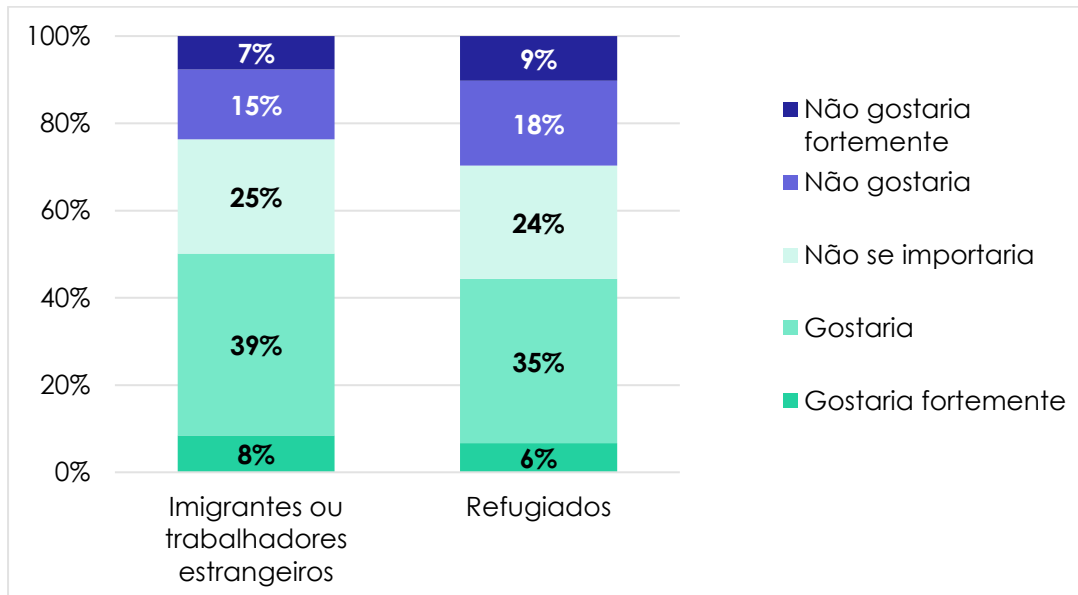
Pergunta aos respondentes: *Você diria que, em geral, é mau ou bom para a economia de Angola que pessoas de outros países venham para cá viver e trabalhar durante vários anos?*

Apesar de algumas preocupações sobre o impacto da imigração, a maioria dos Angolanos manifesta tolerância em relação aos imigrantes: Sete em cada 10 (71%) dizem que gostariam "muito" (8%) ou "um pouco" (39%) ou "não se importariam" (25%) se tivessem imigrantes ou trabalhadores estrangeiros como vizinhos (Figura 5). Cerca de um em cada cinco (22%) afirma que não gostaria de viver ao lado de imigrantes.

No que respeita aos refugiados, cerca de dois terços (65%) manifestam tolerância, enquanto 27% dizem que não gostariam de ter refugiados como vizinhos.

As atitudes ligeiramente mais positivas em relação aos imigrantes do que em relação aos refugiados podem refletir percepções diferentes das contribuições económicas prováveis dos trabalhadores estrangeiros em comparação com os refugiados, que podem ser vistos como mais dependentes da assistência.

Figura 5: Tolerância em relação aos trabalhadores estrangeiros e aos refugiados
 | Angola | 2024



Perguntas aos respondentes: Para cada um dos seguintes tipos de pessoas, por favor, diga-me se você gostaria de ter pessoas deste grupo como vizinhos, não gostaria deles, ou não se importaria: Imigrantes ou trabalhadores estrangeiros? Refugiados de outros países que fogem a violência ou perseguição política?

Mais homens (73%) do que mulheres (69%) expressam atitudes tolerantes em relação aos imigrantes ou trabalhadores estrangeiros (Figura 6). Nas zonas rurais, a aceitação é menor tanto para os imigrantes (66%, vs. 74% nas zonas urbanas) como para os refugiados (58%, vs. 69%), possivelmente devido a uma menor exposição a estes grupos.

A tolerância para com ambos os grupos aumenta, significativamente, com o nível de escolarização e o bem-estar material dos inquiridos.

Os cidadãos com empregos a tempo inteiro ou a tempo parcial manifestam maior tolerância em relação aos imigrantes e refugiados do que aqueles que estão desempregados ou fora do mercado de trabalho.

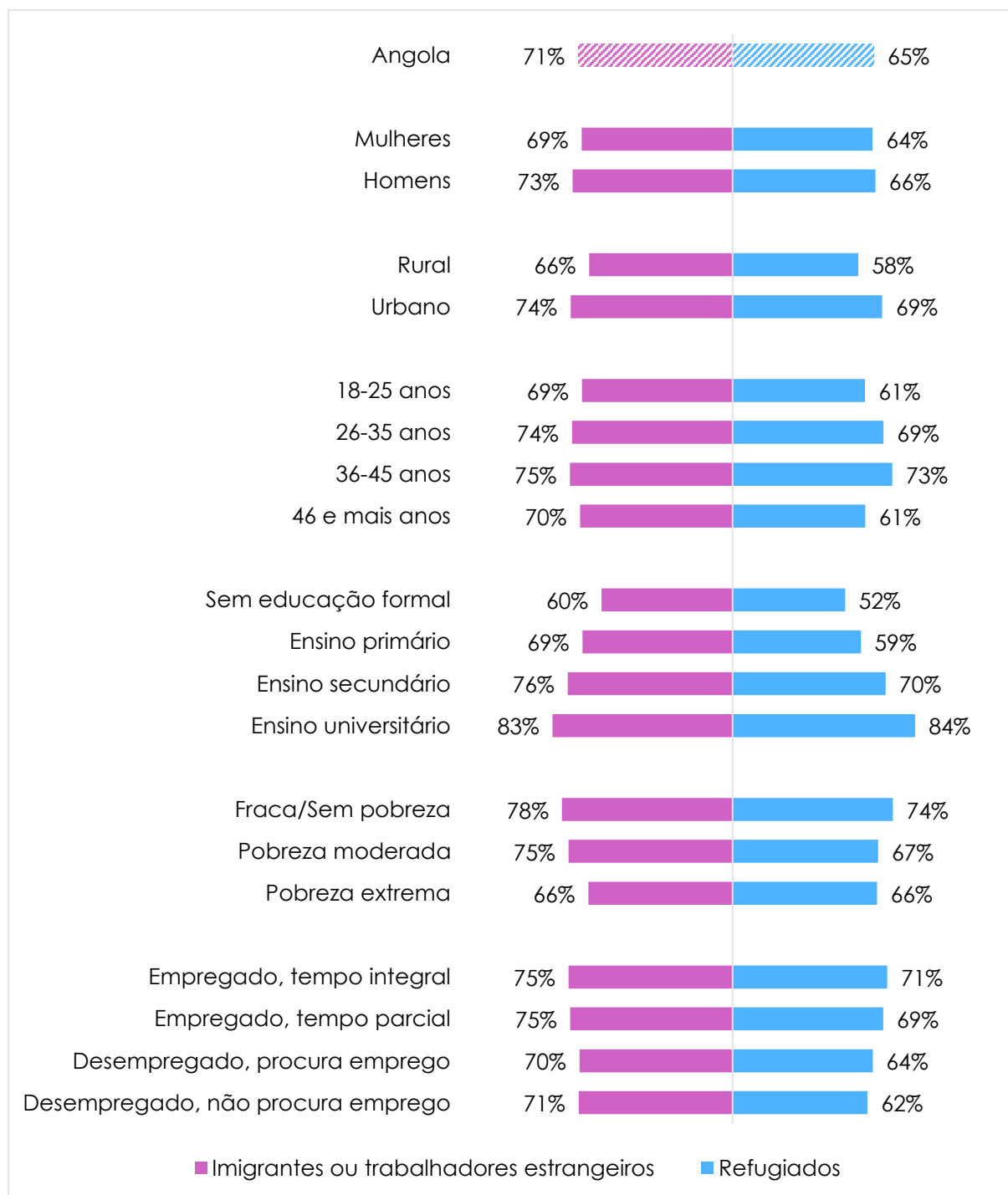
Apesar destas atitudes amplamente tolerantes em relação aos imigrantes e refugiados, os resultados do inquérito mostram que muitos Angolanos estão relutantes em deixar entrar estrangeiros no seu país: A maioria (56%) diz que o governo deveria reduzir o número de candidatos a emprego que permite entrar (39%) ou eliminar completamente essa imigração (17%) (Figura 7).

Do mesmo modo, 65% são a favor eliminação ou da redução (43%) e da entrada de refugiados (22%).

Apenas pequenas minorias acolheriam um maior número de trabalhadores estrangeiros (19%) e requerentes de asilo (11%), enquanto cerca de um em cada 10 considera que os níveis actuais de qualquer uma das categorias são aceitáveis.

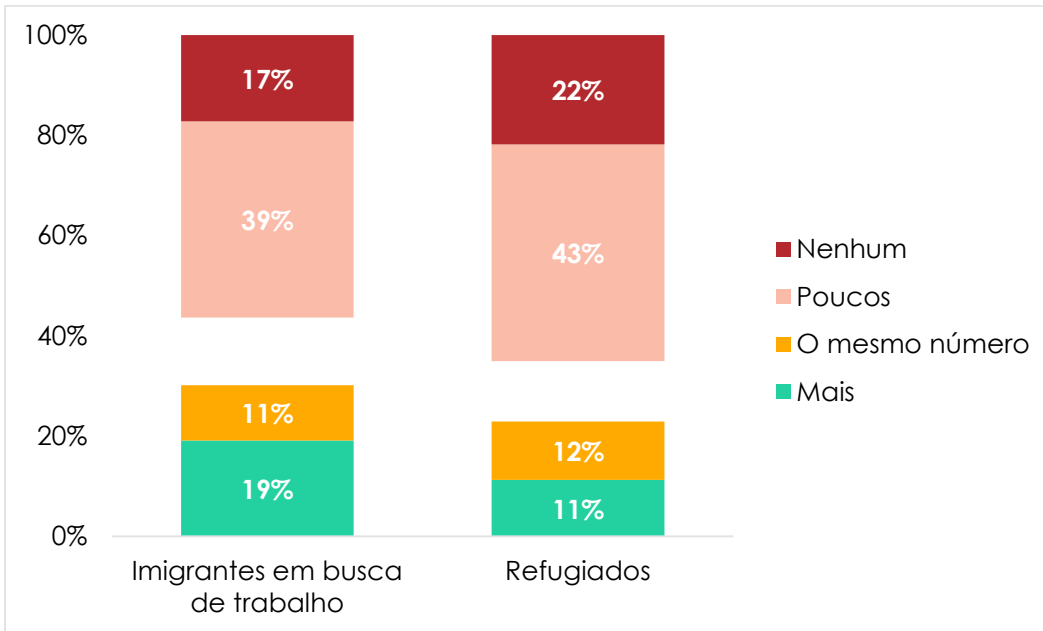
Os níveis de aceitação um pouco mais elevados para os estrangeiros candidatos ao emprego do que para os refugiados podem estar relacionados com a percepção de que os trabalhadores estrangeiros contribuem mais diretamente para a economia, enquanto os refugiados podem ser vistos mais como um fardo económico ou social.

Figura 6: Tolerância em relação aos trabalhadores estrangeiros e aos refugiados
 | por grupo demográfico | Angola | 2024



Perguntas aos respondentes: Para cada um dos seguintes tipos de pessoas, por favor, diga-me se você gostaria de ter pessoas deste grupo como vizinhos, não gostaria deles, ou não se importaria: Imigrantes ou trabalhadores estrangeiros? Refugiados de outros países que fogem a violência ou perseguição política? (% que disse "gostaria fortemente," "gostaria," ou "não se importaria")

Figura 7: Quantos imigrantes ou refugiados devem ser admitidos no país? | Angola | 2024



Perguntas aos respondentes:

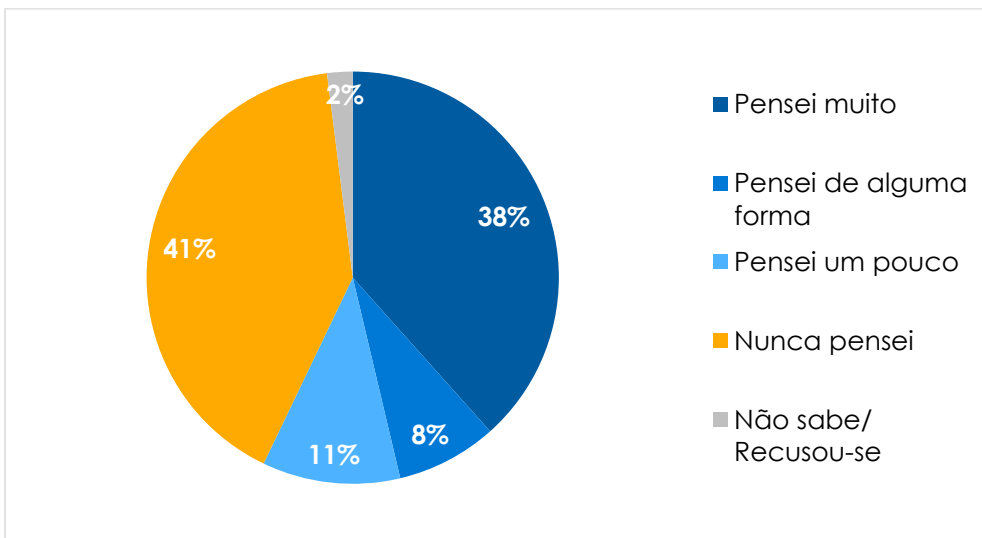
Você acha que Angola deveria permitir que mais ou menos pessoas de outros países que procuram emprego pudessem viver e trabalhar no nosso país?

Você acha que Angola deve permitir que mais ou menos refugiados de outros países venham viver para o nosso país?

Olhar para o estrangeiro: Atitudes dos Angolanos face à emigração

Passando da imigração para a emigração, a maioria (57%) dos Angolanos afirma ter considerado a possibilidade de sair do país “muito” (38%), “de alguma forma” (8%), ou “um pouco” (11%) (Figura 8).

Figura 8: Considerou a possibilidade de emigrar | Angola | 2024



Pergunta aos respondentes: *Em que medida, se é que você o fez, você pensou em emigrar para outro país para viver?*

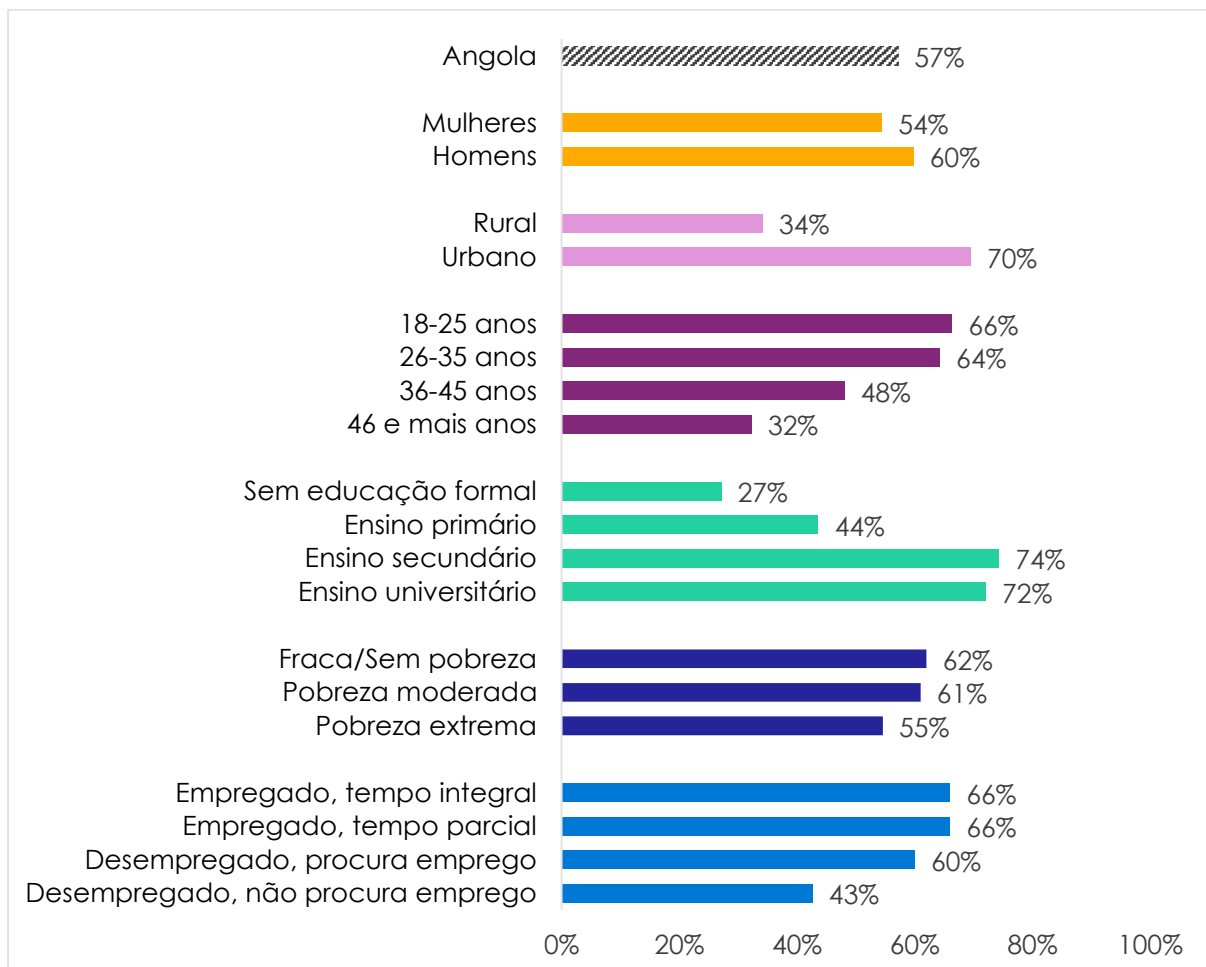
Os homens (60%) são mais susceptíveis de pensar em sair do país do que as mulheres (54%) (Figura 9). Mas uma diferença muito maior separa as cidades, onde sete em cada 10 residentes afirmam ter pensado pelo menos "um pouco" na emigração, das zonas rurais, onde os pensamentos de emigração são apenas metade (34%).

Os jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos (66%) e entre os 26 e os 35 anos (64%) são consideravelmente mais susceptíveis de pensar em sair do país do que os mais velhos (32%-48%).

A propensão para considerar a emigração aumenta com o nível escolarização. Apenas 27% dos Angolanos sem escolaridade formal consideraram a possibilidade de sair do país, em comparação com 44%, 74% e 72%, respetivamente, dos Angolanos com ensino primário, secundário e ensino universitário.

Os indivíduos mais pobres (55%) são um pouco menos propensos a considerar a emigração do que aqueles que estão economicamente em melhor situação (61%-62%), talvez reflectindo a realidade de que emigrar requer frequentemente recursos financeiros iniciais. E as pessoas com emprego a tempo inteiro ou parcial (66%) estão mais inclinadas a pensar em deixar o país do que os desempregados (60%) e as pessoas fora do mercado de trabalho (43%).

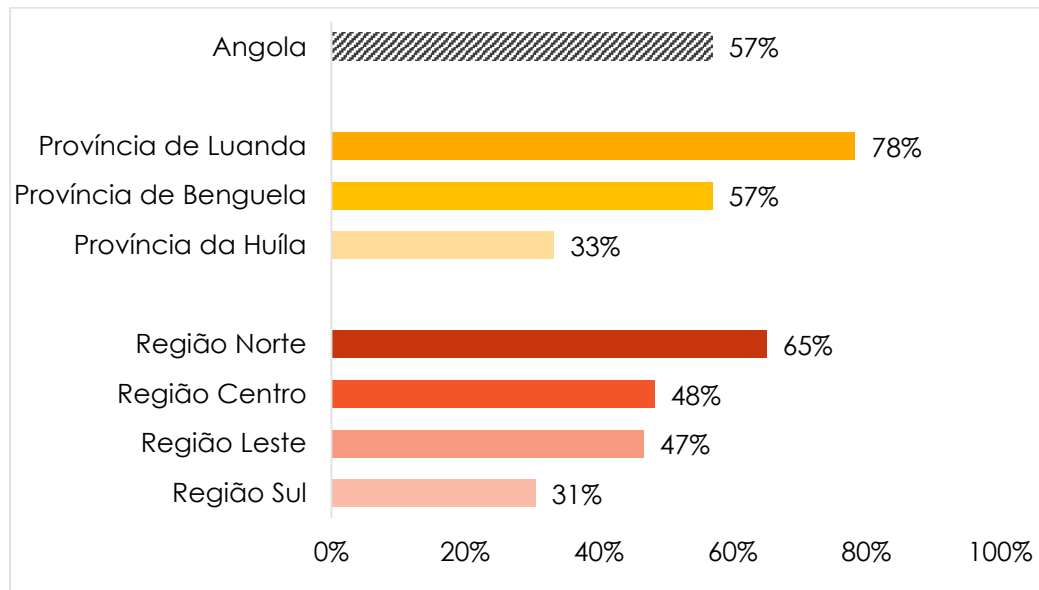
Figura 9: Considerou a possibilidade de emigrar | por grupo demográfico | Angola | 2024



Pergunta aos respondentes: Em que medida, se é que você o fez, você pensou em emigrar para outro país para viver? (% que disse "pensou um pouco," "pensou de alguma forma," ou "pensou muito")

Na província de Luanda, quase oito em cada 10 cidadãos (78%) afirma ter considerado sair do país, o que sugere que as expectativas económicas e sociais mais elevadas na capital do país podem gerar maior frustração e desejo de procurar melhores condições de vida no estrangeiro (Figura 10). A Região Sul (31%) e a província da Huíla (33%), as áreas menos urbanizadas de Angola, apresentam as taxas mais baixas de potenciais emigrantes, talvez reflectindo uma menor exposição a redes de migração ou menores aspirações relacionadas com a emigração.

Figura 10: Considerou a possibilidade de emigrar | por residência | Angola | 2024



Pergunta aos respondentes: Em que medida, se é que você o fez, você pensou em emigrar para outro país para viver? (% que disse "pensou um pouco," "pensou de alguma forma," ou "pensou muito")

Entre as pessoas que consideraram a possibilidade de emigrar, as razões mais frequentemente citadas são de longe as económicas: para procurar melhores oportunidades de trabalho (37%) ou para escapar a dificuldades económicas ou à pobreza (34%) (Figura 11).

Para que destinos é que os Angolanos preferem emigrar? A Europa (39%) ocupa o primeiro lugar entre os Angolanos que consideraram sair do país, provavelmente reflectindo os laços históricos e culturais com Portugal, bem como a perceção das condições económicas, educacionais e sociais nos países europeus (Figura 12). A América do Norte (Estados Unidos e Canadá) vem em segundo lugar (21%).

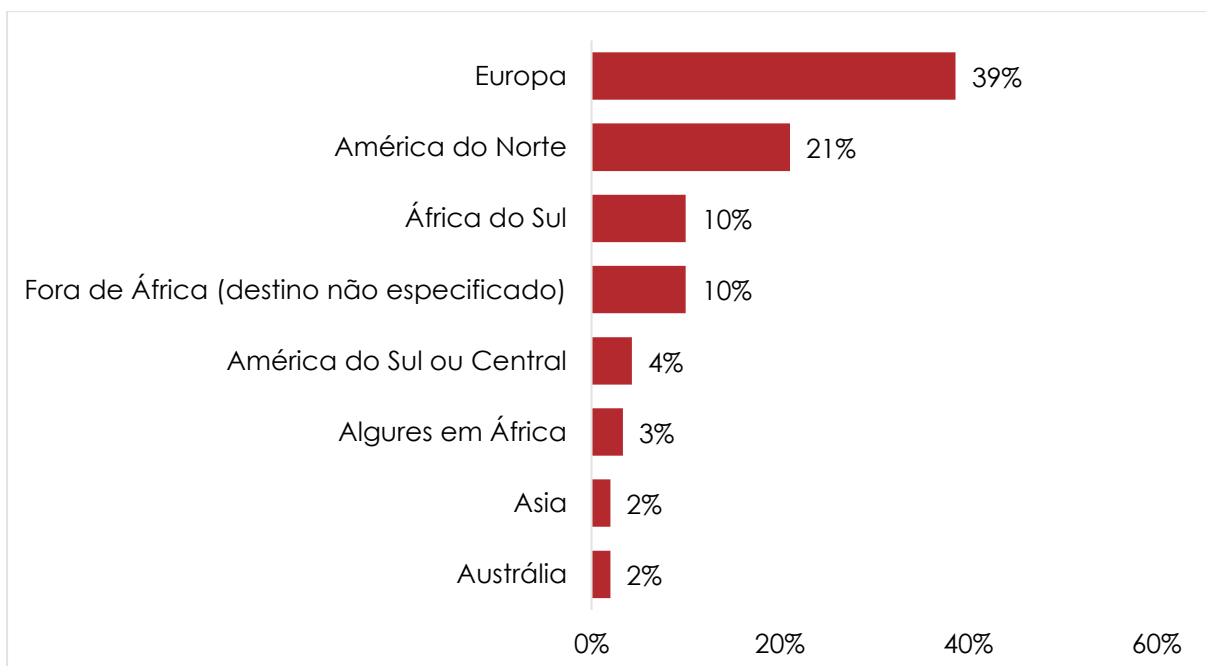
Cerca de um em cada oito potenciais emigrantes diz que ficaria no continente africano, a maioria de olho na África do Sul (10%), um centro económico regional próximo e um destino preferido para cuidados de saúde e educação.

Figura 11: Razões para emigrar | Angola | 2024



Respondentes que disseram ter considerado a possibilidade de sair do país foram questionados: Há várias razões que levam as pessoas a deixar o seu país para viver noutro país durante um longo período. E para você? Qual é a razão mais importante que levaria você a pensar em sair de Angola? (os respondentes que disseram não ter considerado a possibilidade de sair do país estão excluídos.)

Figura 12: Destino preferencial para emigrar | Angola | 2024



Respondentes que disseram ter considerado a possibilidade de sair do país foram questionados: Se você tivesse de emigrar para outro país, para onde seria mais provável você ir? (os respondentes que disseram não ter considerado a possibilidade de sair do país estão excluídos.)

Conclusão

Os resultados do inquérito revelam que a emigração é uma preocupação significativa para os Angolanos, motivada principalmente por factores económicos. A maioria dos cidadãos que estão a pensar em deixar o país procura melhores oportunidades de emprego e um nível de vida mais elevado, sendo os jovens urbanos e altamente qualificados os mais susceptíveis de considerar a emigração. Isto indica uma potencial perda de capital humano essencial para o desenvolvimento económico e político de Angola.

Ao mesmo tempo, a investigação mostra que a dificuldade de atravessar fronteiras e o pouco conhecimento de iniciativas como a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) podem limitar as oportunidades de mobilidade dentro da própria região. Além disso, embora a maioria dos Angolanos expresse tolerância em relação aos imigrantes e refugiados, muitos desejam restringir a sua entrada, reflectindo preocupações económicas e sociais.

Tendo em conta estas conclusões, o governo e os decisores políticos podem atuar estrategicamente para reduzir as pressões migratórias. Os investimentos direccionados para uma educação de qualidade, a criação de emprego e a melhoria das infraestruturas podem contribuir para a retenção de talentos, especialmente entre os jovens urbanos mais qualificados. Além disso, a redução das disparidades regionais, com especial incidência no Sul e nas zonas rurais, pode promover um maior equilíbrio socioeconómico e reforçar as comunidades locais.

Referências

- Adepoju, A. (2006). The challenge of labour migration flows between West Africa and the Maghreb. International Migration Paper 84E. International Labour Organization.
- Barreto, I. (2014). Migrantes da descolonização: Portugueses e luso angolanos no Brasil (1974-1977). Dissertação do doutoramento de história social, Universidade Federal Fluminense.
- Integral Human Development. (2022). Migration profile: Angola. Migrants & Refugees Section.
- Mattes, R., & Lekalake, R. (2025). Decade of destitution? Severe lived poverty is surging in many African countries. Afrobarometer Dispatch No. 943.
- Novo Jornal (2024). Número de imigrantes angolanos em Portugal mais do que triplicou na era JLo – ‘Mwangolés’ dispararam de 16.854 para 55.589 entre 2017 e 2023. 27 September.
- Statista. (2025). Stock of international migrants in Angola from 2000 to 2020.
- Teixeira, V. L. D. dos S. (2021). Imigrantes angolanos em Portugal: Resiliência às crises e impacto no envio de remessas para as suas famílias. Dissertação de mestrado.
- UNICEF. (2017). UNICEF Angola apoia crianças congolezas que fugiram da violência.

Carlos Pacatolo é investigador do Centro Sol Nascente do Huambo e investigador principal do Afrobarometer em Angola. Email: pacatolo@yahoo.com.br.

David Boio é investigador do Centro Sol Nascente do Huambo e Investigador principal do Afrobarometer em Angola. Email: davidboio@gmail.com.

Afrobarometer, uma empresa sem fins lucrativos com sede no Gana, é uma rede de pesquisa pan-africana e apartidária. A coordenação regional dos parceiros nacionais em cerca de 35 países é assegurada pelo Ghana Center for Democratic Development (CDD-Gana), pelo Institute for Justice and Reconciliation (IJR) da South Africa e pelo Institute for Development Studies (IDS) da University of Nairobi no Kenya. A Michigan State University, the University of Cape Town, e a University of Malawi prestam apoio técnico à rede.

O apoio financeiro ao Afrobarometer é fornecido pela Suécia através da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) através do Instituto da Paz dos Estados Unidos, pela Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento através do Projeto Think Africa do Banco Mundial, a Fundação Mo Ibrahim, a Open Society Foundations - Africa, a Luminare, a Fundação Ford, a Fundação William e Flora Hewlett, a Fundação Bill & Melinda Gates, a Fundação Mastercard, a Fundação David e Lucile Packard, a Comissão da União Europeia, o Grupo do Banco Mundial, a International Development Research Centre (IDRC), a Embaixada do Reino dos Países Baixos no Uganda, a Embaixada da Suécia no Zimbabué, e a GIZ.

Os donativos ajudam o Afrobarometer a dar voz aos cidadãos africanos. Por favor, considere fazer um donativo para o Afrobarometer. Para fazer um donativo online, por favor siga esta ligação ou esta ligação. Para discutir o fundo institucional contacte o Felix Biga (felixbiga@afrobarometer.org) ou a Runyararo Munetsi (runyararo@afrobarometer.org).

Para mais informações, por favor, visite www.afrobarometer.org.

Siga as nossas publicações em #VoicesAfrica.



Afrobarometer Edição No. 955 | 13 de Março de 2025